
O SOCIALISMO: ÉTICA E POLÍTICA

Socialismo, de Émile Durkheim e Max Weber. Organização, introdução e revisão técnica de Luis Carlos Fridman. Tradução de Ângela Ramalho (Parte 1) e Antonia Bandeira (Parte 2). Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993, 128 pp.

Luiz A. de Castro Santos

Há vinte anos seria impensável a publicação desses textos sobre o socialismo, até hoje inéditos em português. "Impensável" por causa da censura dos governos militares, pensaria hoje um leitor carapintado. Certo e errado. Mesmo com a censura daqueles tempos, teria sido fácil modificar um

pouco o título, fazer uma *orelha* moderada ou "neutra", e o livro teria passado. Na verdade, havia dois tipos de censura: uma, a oficial, de caráter reacionário; outra, sectária, emanava da própria esquerda. Um indicador óbvio desse segundo tipo de censura é a própria ausência, naquela época, de textos como os presentemente editados por Luis Carlos Fridman: importantes por seu valor metodológico e para o conhecimento da obra de Émile Durkheim e Max Weber, mas *sobretudo* importantes, ontem como hoje, por seu conteúdo político.

Na verdade, a geração dos anos ditos rebeldes convivia mal com textos de crítica política ou moral ao marxismo. É significativo que um dos livros de análise *crítica* da teoria marxista mais conhecidos no fim da década de 60 tenha sido, ironicamente,

Pour Marx, do marxista-estruturalista Louis Althusser. De fato, pelo menos até meados dos anos 70 — quando surgem os primeiros sinais de abertura no movimento editorial das ciências sociais brasileiras —, apenas as críticas, reavaliações ou "releituras" de pensadores *marxistas* eram legítimas em nosso panorama intelectual. As poucas publicações existentes em português de autores não marxistas como Émile Durkheim e Max Weber eram pouco lidas e ferozmente criticadas, apesar da grandeza intelectual de seus autores — ou exatamente por serem grandes, mas não marxistas.

Florestan Fernandes, que discutia com rigor e objetividade tanto Durkheim como Weber, pregava para poucos em São Paulo. (Florestan lembra, em sua conhecida e extraordinária entrevista a historiadores da "Faculdade de Assis", que dedicou todo um semestre às *Regras* do método durkheimiano na cadeira de Sociologia I... em 1945!) No Rio de Janeiro, a exceção ficou por conta dos *Textos básicos de ciências sociais*, organizados por Otávio Velho, Moacir Palmeira e Antonio Roberto Bertelli, com boas traduções de clássicos de diferentes áreas como a sociologia do conhecimento, o estruturalismo e até a "sociologia da juventude", esta oportuníssima no fim da década de 60, quando os estudantes, no mundo todo, assumiam papéis e comportamentos políticos de destaque. No entanto, esses textos tiveram pouco impacto na época e transformaram-se em leitura corrente apenas uma década mais tarde, quando a pós-graduação em ciências sociais realmente tomou corpo fora de São Paulo.

A difusão das idéias de Durkheim e Weber sobre o socialismo teria sido da maior valia já na primeira década da ditadura militar no Brasil, quando a esquerda se dedicava à análise e debate das condições de emergência deste ou daquele modelo socialista no País (cubano, chinês, soviético etc.). Não é menos oportuna hoje em dia, quando se procura profetizar o fim do socialismo e de sua própria história, mas ignora-se a força extraordinária e generosa do pensamento socialista para amplos movimentos sociais no Brasil e em todo o mundo.

Finalmente publicados em 1993, esses textos inéditos de Durkheim e Weber foram reunidos em um só volume pelos editores. Compondo-se, então, de duas partes, a primeira apresenta o conjunto de aulas sobre o Socialismo ministradas por Durkheim em 1895 e 1896, na Faculdade de Letras de Bordéus,

na França. As aulas refletem o interesse de Durkheim em relação à história do socialismo, que julgava da maior relevância recuperar, estabelecendo distinções conceituais entre o comunismo (utópico) e os *socialismos* (autoritário e democrático). Do ponto de vista da produção intelectual de Durkheim, as distinções entre socialismo e comunismo são construídas passo a passo no decorrer das *Aulas*, com o mesmo cuidado metodológico, a mesma transparência que Durkheim demonstra em sua conhecida classificação dos diferentes tipos de suicídio. Mas suas preocupações, nessas aulas, não eram apenas com uma "questão de método". As esperanças e frustrações dos intelectuais franceses com a Terceira República colocavam o tema das aulas de Durkheim na ordem do dia. (A experiência breve mas marcante da Comuna de Paris, que caiu em 1871, foi um elemento decisivo de divisão das esquerdas durante toda a Terceira República, implantada em seguida à queda da Comuna.) Ainda que se inclinasse pessoalmente para o socialismo democrático, manteve-se distante da ação política direta. No entanto, lembra Geoffrey Hawthorn, como resultado de sua influência intelectual poderosa — particularmente sobre o líder do Parti Socialiste Français, Jean Jaurès —, Durkheim chegou a contribuir para certa unidade da esquerda, em 1905, e, indiretamente, para a formação da seção francesa da Internacional Operária.

A segunda parte do livro transcreve uma conferência de Max Weber para oficiais do Exército Imperial em Viena, em 1918, quando expôs longamente as idéias de Marx e Engels sobre o socialismo, fez menção a Trotsky em meio a considerações sobre a (im)possibilidade de a Revolução Soviética ser o embrião de outras revoluções, e apresentou sua tese sobre a tendência à *burocratização* das sociedades modernas, com ou sem a "ditadura do proletariado" (as aspas são necessárias para Weber, pois acreditava que o aparato administrativo do Estado acabaria exercendo, pretensamente em nome dos trabalhadores, o controle efetivo sobre o próprio destino da Revolução.) Do mesmo modo que as palestras de Durkheim, a conferência de Weber reflete a turbulência do momento político. Eram os últimos meses da I Guerra Mundial e havia, ademais, a "ameaça" da experiência soviética para os Estados alemães. Menos de um ano depois da conferência que proferiu em Viena, com a queda de Guilherme II e a eleição de uma Assembléia Cons-

tituinte, a projeção intelectual de Weber permitiu-lhe influir na própria redação do projeto constitucional da República de Weimar. Ainda assim, como Durkheim, não participou diretamente da vida político-partidária em seu país. Quanto ao aspecto metodológico, a Conferência se destaca por indicar que as prescrições sobre a objetividade nas ciências sociais são seguidas de modo algo conflitante pelo próprio Weber. Ao discutir o Socialismo, a neutralidade imposta pelo método fica sempre por um triz, diante de imperativos éticos defendidos pelo conferencista.

Há um traço comum importantíssimo nos dois textos: a preocupação com os destinos da democracia e com a construção de uma sociedade igualitária, e o modo pelo qual o ideário socialista poderia influir sobre tais destinos e propósitos. Mais que isso, há um interesse em apontar os obstáculos — para Weber, de ordem política, para Durkheim, de ordem moral — que poderiam transformar-se no calcanhar de Aquiles do projeto socialista.

Uma passagem de *O suicídio*, de Durkheim — publicado um ano depois de suas aulas sobre o Socialismo — poderia servir de epígrafe a essas aulas, publicadas postumamente: "Os desajustes que sofre a sociedade moderna são o testemunho não de maior pobreza econômica, mas de uma alarmante pobreza moral". Por isso a proposta socialista durkheimiana, em contraste com tantas outras, vai ao fundo de uma questão central para socialistas de todos os tempos: o que é uma ética socialista? Para Durkheim, a reforma moral de uma sociedade só é possível quando o Estado — "centro consciente e diretor" de toda sociedade organizada — procura construir e estreitar os laços de *solidariedade social*. É nesse sentido que, para Durkheim, toda proposta genuinamente socialista "ultrapassa a questão operária", visa o conjunto das classes e grupos sociais. Busca integrar as funções econômicas gerais (inclusive as "funções privadas") à comunidade, tendo o Estado como elemento de integração.

Há, é certo, como em todo grande pensador, um elemento de tensão na proposta do sociólogo francês. Inicialmente, sua definição *científica* atribui ao socialismo um tipo de ação política e um modelo de organização social em que o Estado ocupa papel destacado. À primeira vista, então, as *Aulas* parecem sugerir uma concepção de sociedade centralizada, sob o comando de um Estado regulador. Nada mais equivocado. A tensão a que

me referi resulta da importância que Durkheim confere ao surgimento de grupos ocupacionais intermediários — de que os sindicatos são um exemplo de seu tempo e os "movimentos sociais" um exemplo adicional hoje em dia —, os quais, longe de se atrelarem ao Estado, constituem a própria essência da comunidade moral defendida pelo Autor. Se ao Estado cabe promover a justiça para garantir a solidariedade moral, os grupos intermediários representam a possibilidade de aprofundamento do *individualismo*, de construção de um padrão ético de conduta que não depende do Estado para se configurar. (Não depende, mas pode ser solapado pelo próprio Estado, em seu papel regulador.) Esta noção não se faz presente no texto das *Aulas*. Por isso o leitor deve necessariamente começar pela "Introdução" de Luis Carlos Fridman, que esclarece o projeto intelectual mais amplo em que as *Aulas* se inserem.

A conferência de Weber tem a vantagem de espelhar ou resumir toda a complexidade da visão weberiana. Num estilo mais denso do que o de seu contemporâneo, o intelectual alemão — atormentado em toda sua vida pela tensão entre o chamado da política e a vocação acadêmica — revela a profundidade de seus próprios conflitos na Conferência de 1918. Uma tese central de sua palestra é a impossibilidade de discutir-se o socialismo sem abordar a questão da democracia. Não cabe aceitar, sem mais, a "esperança apocalíptica revolucionária" contida no *Manifesto comunista* de Marx e Engels. A sociedade socialista não estará livre dos sistemas de dominação que dificultam a vida democrática. Por nascer das sociedades capitalistas modernas, o socialismo teria herdado em seu tecido social um conjunto de fatores que reproduzem a dominação e impedem a realização do interesse coletivo. De um lado, lembra Weber, o socialismo moderno não teria como livrar-se das rotinas de trabalho da fábrica, da dominação das pessoas pelas coisas, da difusão das relações monetárias no interior das relações sociais. De outro, os partidos, os sindicatos e o governo mantêm suas burocracias profissionais, que tendem a confundir-se com as próprias organizações que lhes deram origem, e confundir seus interesses corporativos com os interesses das coletividades em nome das quais julgam agir.

É nesse contexto que Weber situava as difíceis tarefas de um partido socialista de tendência reformista ou revolucionária. Weber recusava a chamada

perspectiva "sindicalista" de seu tempo, baseada na "ação direta" e no terror para a eliminação dos entraves capitalistas na construção do socialismo. Para ele era inaceitável, na vida política, essa "ética dos fins últimos", em que não se pesavam os meios adotados e as consequências morais da ação política. Àquele tipo de norma de conduta ele desejava antepor uma "ética da responsabilidade". Sua conferência revela, com uma clareza pungente, que a objetividade científica que ele buscava na análise do socialismo nada devia a uma visão "neutra", ou a uma atitude de indiferença moral. O que se observa é a preocupação maior com uma ética política da responsabilidade, e a partir de tal pressuposto Weber constrói uma análise *objetiva* do socialismo.

Ressalte-se, assim, em meio à diversidade de perspectivas teóricas e aos diferentes *recortes* de um mesmo tema, o feixe comum de preocupações dos dois textos reproduzidos na presente coletânea. Esses elementos, além da surpreendente atualidade das indagações e perplexidades dos autores diante do Socialismo de tantas décadas atrás, são destacados na "Introdução" de Luis Carlos Fridman. Fridman traz ainda informações bibliográficas preciosas, retiradas da literatura internacional sobre marxismo e social-democracia.

Eu teria apenas duas ressalvas, que entretanto não comprometem a qualidade e o valor da publicação: a primeira diz respeito à ausência, na "Introdução", de indicações bibliográficas da produção *brasileira* recente sobre o tema. Lembro aqui, particular-

mente, os inúmeros artigos publicados, nos últimos anos, por nossas revistas de ciências sociais. (Esta revista mesma publicou um "dossiê" sobre "Adeus ao socialismo?", com artigos e transcrições de um debate realizado em 1991 no Cebrap.) A segunda ressalva refere-se à tradução da conferência de Weber não do original, mas de um texto em espanhol, cotejado com a tradução inglesa de Eric Matthews feita para um *trecho* apenas da Conferência. Com o avanço dos estudos do alemão no Brasil, não teria sido possível aos editores um caminho menos tortuoso para a tarefa da tradução? A consequência do procedimento adotado é a impressão, em algumas passagens, de que Weber está escrevendo em "portunhol", além de fazer uso de um ou outro galicismo pelos quais o tradutor mexicano deve ser o único responsável.

Como já salientei, as ressalvas que fiz são pecadilhos — uma segunda edição da coletânea poderá eliminá-los, e assim valorizá-la por inteiro. No momento em que seminários sobre ética política e sobre a crise mundial do capitalismo e do socialismo movimentam os meios políticos e universitários no Brasil, a publicação desses textos inéditos de Weber e Durkheim representa uma contribuição importante para o debate político e acadêmico no País. Não fosse por isso, a relevância metodológica das *Aulas* e da Conferência já bastaria para recomendá-las.

Luiz Antonio de Castro Santos é sociólogo, professor da UERJ e pesquisador licenciado do Cebrap. Já publicou nesta revista "O espírito da aldeia" (Nº 27).